

Handwritten signature and initials in blue ink.

ATA N.º 9/2021

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA CATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM**

No dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, no Pavilhão de Eventos do Município, reuniu pelas quinze horas, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período antes da ordem do dia

PONTO UM PONTO UM: Relatório semestral – SROC – Título Informativo

PONTO DOIS: Período de intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Aprovação das atas

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apreciação da atividade da Câmara Municipal

PONTO TRÊS PONTO DOIS PONTO UM: Relatório do Presidente

PONTO TRÊS PONTO DOIS PONTO DOIS: Situação Financeira

PONTO TRÊS PONTO DOIS PONTO TRÊS: Atividade água, saneamento e resíduos

PONTO TRÊS PONTO DOIS PONTO QUATRO: Reclamação de munícipe (Carla Leonardo)

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

PONTO TRÊS PONTO DOIS PONTO CINCO: Doutros assuntos relacionados com a atividade da Câmara Municipal

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Mapa de pessoal

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Pedido de autorização para a Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2022.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Documentos previsionais

PONTO TRÊS PONTO CINCO PONTO UM: Opções do plano

PONTO TRÊS PONTO CINCO PONTO DOIS: Proposta de orçamento plurianual

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Norma de Controlo Interno – Revisão Anual e Proposta de alteração.

Tendo presente o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.

Estiveram presentes os membros: Paulo Vicente Ramos Mendanha; Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar; José Joaquim Figueiredo Banza; Vanda Cristina Branco Godinho; Maria João Barroso Lopes; Maria Margarida Alexandre Cordeiro; Paulo Jorge Panasco Aires; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Jorge Manuel de Oliveira Pinto; Sara Cristina Alpalhão Anselmo; Vanda Lobinho; Joana Lopes Morgado Vestia; Lino Duarte Moreira Amaro; Miguel António Ramos Mendanha; Leonel António Valentim Infante; Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia; João André Pires Lopes; João Pedro Martins Leitão..

Verificou-se a ausência dos membros: Nelson Joaquim Gomes Gato que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 1**) e foi substituído por Vanda Lobinho e de Virgolino Joaquim Calhau Canhoto, que não foi substituído.

Constada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, deu início à sessão, dando as boas-vindas a todos os presentes.

PONTO UM: Período antes da ordem do dia

O membro Paulo Mendanha cumprimentou todos os presentes e felicitou o senhor Presidente da Assembleia, pela sua eleição para o Conselho Fiscal da ANMP. De seguida, fez um ponto de ordem à Mesa da Assembleia. "(...), na última assembleia o senhor Presidente da Assembleia, disse que as críticas à Mesa tinham sido absorvidas na íntegra (...), para integrar no futuro em correções que venham nessa matéria (...). Chamo a atenção que o Regimento continua em vigor, que o mesmo contempla a convocação para as sessões, a chamada dos membros, a leitura do expediente e a apreciação de assuntos de interesse autárquico. A questão que coloco (...), é porque, é, que não está no período antes da ordem do dia, a leitura resumida do expediente e a apreciação de assuntos de interesse autárquico? De acordo com o regimento, o art.º 22º, n.º 1 a alínea m) e o art.º 37, n.º 1 a alínea a) e alínea c), tem de fazer-se a leitura para se dar conhecimento à Assembleia, membros e público. E depois, não está o ponto de interesse autárquico (Art.º 37.º n.º 1 alínea c)). Como se trata de documentos públicos que saem em edital, eu julgo que devemos ser claros e transparentes nos trabalhos que estamos a ter aqui na assembleia.

Seguidamente, questionou porque é que a convocatória para a reunião não foi feita por meio de carta de acordo com o regimento, o art.º 28, n.º 3, "tem de enviar por carta com aviso de receção. (...). Agradeço que coloque à consideração o que diz o artigo 28.º, no n.º 5.

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao membro Paulo Mendanha "(...). Assumo a absorção de todas as críticas. Relativamente às matérias que coloca (...), primeiro, o regimento é um documento interno, que tem de ter toda a sua plenitude em conformidade com a lei. O que a lei determina, é que tem de haver entrega protocolar da convocatória e da documentação, ou na sua substituição, carta registada com aviso de receção. Decidiu a Mesa, abrir a todos os membros da Assembleia Municipal, um email institucional, que prova o protocolo.

Segunda questão, há artigos do regimento que se contradizem, entre eles, aquele que diz que é feita a chamada, tal como outro artigo do regimento que define que a presença dos membros da assembleia é confirmada por assinatura na folha de presença (...). Sobre isso, quando entrarmos no período da ordem do dia e na avaliação das matérias, irei colocar a questão sobre o andamento do regimento.

Relativamente, à questão que levanta do Período da Ordem do dia, de discussão dos assuntos de interesse municipal, o período antes da ordem do dia, é um período aberto, aos membros da assembleia (...), mas referir que a lei é objetiva e taxativa, o interesse municipal faz obrigatoriamente parte da agenda do dia nas agendas ordinárias, é esse o ponto três com várias alíneas que temos sobre a atividade da Câmara Municipal, sendo que o período antes da ordem do dia, é um período aberto a liberdade de intervenção e de colocação de temas por parte dos membros da Assembleia.

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

O membro Paulo Mendanha reforçou no que respeita às convocatórias "(...), o que determina a lei e o que diz o regimento não é o "ou", é o "e", e é o "e", que tem que fazer por meio protocolar, caso exista, e por carta com aviso de receção. E, depois existe outra situação, não há protocolo deliberado por esta assembleia, para se fazer isso, o que foi definido na última Assembleia, foi apenas uma nota informativa da mesa, como ia funcionar a assembleia. Nada foi deliberado que ia ser por meio eletrónico".

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que respeitava as opiniões do membro Paulo Mendanha, assim como ele deve respeitar as opiniões da mesa, sobre aquela matéria.

Sobre o expediente teceu o seguinte comentário: "(...), o expediente é do conhecimento integral de todos os membros da Assembleia Municipal. Portanto, dispensa-se estar a ler títulos sem conteúdo, sem prejuízo de cada membro da Assembleia Municipal, poder avocar no período antes da ordem do dia um ou todos os assuntos.

O membro Rui Franco desejou boa tarde e boas festas a todos os presentes.

Pronunciando-se de seguida: "(...), A minha questão diz respeito também às convocatórias da Assembleia. O MUB no início do mandato anterior, com a concordância da maior parte dos membros, acabou com o papel. Reduzimos custos, reduzimos logística (...), com esta opção reduzimos nestes anos, muito a pegada ecológica desta Assembleia Municipal. Na altura gerou dúvidas, foi pedido um parecer à CCDR, e consta do regimento de uma forma clara, e até que o regimento não seja alterado, deve ser cumprido, as convocatórias devem seguir para cada um dos membros por correio registado. Esta situação foi reforçada pela CCDR. Eu sugiro, que se respeite o atual regimento, porque ao não o cumprimos corremos riscos (...).

O membro Paulo Mendanha Reforçou que a membro Maria Cordeiro, não tinha recebido a convocatória, e que a mesma não tinha estado na última Assembleia, logo se tinha ativado o email, seria há muito pouco tempo. De acordo com o artigo 28.º, ocorrendo esta situação deve ser colocado à consideração dos membros se a Assembleia se realize.

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou quais os membros que não tinham recebido a convocatória?

A membro Maria Margarida Cordeiro informou que não tinha estado presente na primeira Assembleia e que não tinha sido devidamente convocada para a mesma.

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que iria averiguar junto dos serviços "(...), porque as indicações que foram dadas aos serviços, foi o recurso ao email institucional, essa é uma matéria que teremos de facto de aferir, porque é um método, é um meio legal de convocação. Desde já vou colocar

De seguida, fez o ponto de situação, relativamente a outras questões pendentes:

- **PDM** – é minha intenção, estando reunidas as condições, que possamos marcar uma reunião técnica do grupo de trabalho que ficou eleito (Nelson Gato, Paulo Aires, Paulo Mendanha), para o PDM, no dia 21 de janeiro, esta data ainda a confirmar com os serviços.
- **Fotos no site Câmara Municipal** – estão publicadas as fotografias dos membros da Assembleia Municipal, que fizeram chegar as mesmas aos serviços. Agradecia, que os membros que ainda não as fizeram chegar, que as fizessem chegar para que haja uniformidade, e caso não queiram, com todo o seu direito, que o dissessem”.

Seguidamente, agradeceu a menção de ter sido eleito para Presidente do Conselho Fiscal da ANMP, “(...) Uma tarefa que procurarei realizar com competência e com isenção. É competência e tradição da ANMP, procurar o máximo de consensos possíveis, portanto, será com certeza essa a linha que o presidente do Conselho Fiscal procurará desencadear durante o seu mandato”.

Ainda, em referência ao Congresso da Associação Nacional de Municípios, informou o plenário da Moção, que tinha apresentado enquanto membro daquele congresso, sobre a **Taxa de Resíduos**, a qual teve uma votação maioritária. A Moção foi distribuída por todos os membros presentes, para que os mesmos tivessem conhecimento do seu teor.

Após a distribuição, passou a explicar a mesma:

“(…) Nos sistemas de resíduos, para além da taxa de resíduos que cada um de nós paga em função do volume de água, pagamos custos indiretos dos resíduos, através da TGR, que começou, em 2007, com 2€. Em 2020 já iam nos 11€, em 2022 passou para 22€ e em 2025 subirá para 35€. Considerando que qualquer taxa tem de cumprir o princípio da equivalência, da proporcionalidade e da igualdade para que não seja considerada como imposto, o Congresso da Associação Nacional de Municípios aprovou, diligenciar que seja solicitada a constitucionalidade da TGR e que seja reposto a TGR nos seus limites de equivalência.

Pedi a palavra o **membro Rui Franco** e disse “(…), esta taxa de resíduos, custa ao cofre do Município de Borba, cerca de 70 mil euros por ano, o que é uma verba significativa (...)”.

PONTO UM: Período antes da ordem do dia

PONTO UM PONTO UM: Relatório semestral – SROC – Título Informativo

Handwritten initials and a signature in blue ink.



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

às forças políticas aqui representadas, de me fazerem chegar as propostas de alteração ao regimento, até ao dia 7 de janeiro de 2022 e durante o mês de janeiro reunirmos para consensualizar a proposta de regimento.

A membro Maria João Lopes cumprimentou todos os presentes e de seguida saudou em nome dos membros do PSD, a eleição do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Borba, Jorge Pinto, para o Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. "Parabéns, senhor Presidente, é um prestígio para o nosso concelho em geral e para esta assembleia em particular, espero que vista sempre o papel das funções que desempenha. Desejo-lhe votos de um excelente trabalho".

Pediu a palavra **o membro Agnelo Baltazar**, para tecer os seguintes comentários a assuntos abordados pelos membros Paulo Mendanha e Rui Franco:

"(...) A questão das convocatórias poderá ser colocada já nesta assembleia, questionando os membros se a próxima assembleia funcionará nos termos em que as convocatórias foram feitas (...)".

Aproveitou neste período de antes da ordem do dia, em nome de todos os eleitos do Partido Socialista, para felicitar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela eleição para Presidente do Conselho Fiscal da ANMP. "A bancada do PS, deseja-lhe um excelente desempenho nestas novas funções. Parabéns, senhor Presidente!".

O membro Paulo Mendanha respondeu "(...), senhor membro Agnelo Baltazar, não pode, porque o regimento diz que não pode! Por isso é que eu faço um ponto de ordem à mesa. A mesa tem de dizer se cumpre ou não o regimento. Já é a segunda assembleia onde nós estamos e em que continuam a não cumprir o regimento".

O Presidente da Assembleia Municipal interveio e prestou os seguintes esclarecimentos sobre as matérias abordadas:

- Em termos da lei, o artigo específico do regimento, refere que a presença é assinalada por assinatura do membro. É entendimento da mesa, que a força da assinatura pessoal, se sobrepõe ao artigo do regimento que fala na mera chamada oral. Perante um conflito de artigos do regimento, entendo, enquanto presidente, que se sobrepõe a figura da assinatura, porque ela vincula o membro que a assinou. Para além disso, o que a lei determina é protocolo ou carta registada com aviso de receção. O protocolo está garantido.

Nesse caso pergunto a esta assembleia, quem considera que estão cumpridas as condições de reunir esta assembleia, faça o favor de levantar o braço, no sentido de votar favoravelmente".

A Assembleia entendeu estarem reunidas as condições para que a mesma se realize.

Não houve nenhuma intervenção em relação a este ponto.

PONTO DOIS: Período de intervenção do público

O senhor Nuno Simões usou da palavra, cumprimentou todos os presentes, e disse "(...), sou o Presidente da Associação Encarregados de Educação do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Borba (APAVEB) e é nessa qualidade que vou falar aqui, nesta assembleia.

Seguidamente, passou a ler o relatório, que se transcreve e anexa a esta ata como o documento nº.dois.

" Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmºs Membros desta Assembleia

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Borba

Exmºs Sr(s) Vereadores

Sr. Presidente António Anselmo,

Na qualidade de Presidente da APAVEB, venho solicitar mais uma vez a intervenção do município para a resolução de um tema (já esgotado) o denominado AVAC -Sistema de refrigeração deste estabelecimento escolar.

Após várias queixas feitas pelos nossos educandos, solicitei à direção, uma visita mais pormenorizada ao estabelecimento escolar para poder comprovar a realidade da situação.

PISO 0

Toda a ala direita daquele corredor não possui aquecimento, tendo observado um docente a utilizar um mini aquecedor para minimizar a situação em sala de aula.

Vestígios de entrada de água pelo teto em duas salas, aquando das últimas fortes chuvadas. Após intervenção dos técnicos do município a situação ainda está pendente de resolução final no tubo de entrada do algeroz.

Sanitários masculinos- 2 urinóis inativos por falta de manutenção.

Sanitários dos professores- 4 urinóis inativos no wc masculinos assim como 1 autoclismo nos sanitários femininos

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

Refeitório- O AVAC não funciona, assim como 1 tubo de água da caldeira perde água incessantemente.

PISO 1 - *Alguns problemas de iluminação e uma lâmpada saída emergência sem funcionar*

Sala nº7 sem aquecimento e laboratório sem aquecimento

Sanitários Masculinos tem 2 urinóis inativos (zona também 1º ciclo)

Sanitários Femininos tem 1 autoclismo sem funcionar (1º ciclo)

Zona 2º ciclo, tem a ala esquerda toda sem aquecimento.

PISO 2

Zona 3º Ciclo Ambos corredores com a ala esquerda sem aquecimento assim como a sala de TIC.

Assisti a alguns alunos com casacos pelas pernas para se aquecerem.

*Posto isto, pedi para subir ao terraço onde estão montadas as unidades **do AVAC** e pode comprovar que:*

***UV7 e UV8** não funcionam, a **UV11** demonstra bem a falta de manutenção onde uma sonda está coberta de musgo, e **UV16** foi alvo de remendo num tubo em que anularam válvula de pressão.*

***UTAN 3** (self Service/Refeitório) também não funciona.*

***O CHILLER** tem depósito roto assim como uma unidade que foi alvo de manutenção por parte empresa ficou com toda a eletrónica a descoberto. Todo o equipamento foi tapado com plásticos e atados por cordéis estando assim há meses.*

***Painéis Solares Fotovoltaicos** também avariados*

***Caleiras** sujas e com musgo que dificultam o escoamento das águas.*

PISO- -1 *Alguns problemas de iluminação e uma lâmpada saída emergência sem funcionar*

***Recreio-** Calçada levantada em alguns sítios ou a falta dela noutros.*

***Equipamentos Infantis /Baloços** inoperacionais e piso de proteção deteriorado.*

Segundo informação que obtive no local, a maioria destas situações já foram reportadas aos responsáveis do município e às quais não podem alegar o seu desconhecimento.

*Outra questão refere-se com a emissão do certificado da qualidade do Ar respirado pelas crianças, docentes e pessoal auxiliar. Após muitos meses de insistência pela **APAVEB**, finalmente o mesmo foi efetuado e nele vem espelhado o que nós já presumíamos.*

A conclusão desse relatório diz:

*“Obs: Em função dos dados recolhidos, e relativamente as Concentrações de Referência previstas no **RSECE** para edifícios, **todos os valores estão abaixo dos valores de referência**, no entanto nas salas onde existia ocupação verifica-se **que os valores são mais elevados**, sendo aconselhado a substituição dos filtros das **UTA’s**” (Unidades tratamento Ar)*

14 outubro 2021

Dois meses depois continuam por substituir os filtros.

Central Emergência – inoperacional. Fator de extrema importância, a central de alarme/ Fogo que apresenta problemas e desta situação resulta que não se pode efetuar um simulacro que garanta a eficácia do sistema, mas acima de tudo porque a segurança da comunidade escolar poderá estar em risco neste estabelecimento.

Anexo fotos das situações reportadas

Assim, sugerimos ao executivo que aproveite a pausa letiva do Natal de 17 dezembro a 9 janeiro para solucionar estes problemas.

Gratos pela atenção dispensada.

Borba 14 dezembro 2021

P’la Direção

Nuno Simões”

A membro Vanda Lobinho reforçou o que foi dito pelo Presidente da Associação de Pais. “(...), estes problemas são temas recorrentes nas assembleias municipais, foram resolvidos alguns problemas da escola, como por exemplo a cobertura do espaço de recreio, mas foram ignorados e descorados outros problemas existentes na escola (AVAC). Os assuntos referidos são de extremamente importância, tanto para os alunos, como para o bom funcionamento do parque escolar”.

O Presidente da Câmara Municipal cumprimentou todos os presentes e agradeceu a informação prestada pelo Presidente de Pais do Agrupamento de Escolas. Pediu que aquele relatório lhe fosse entregue,

12/11

[Handwritten signature]



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

para terem uma noção mais pormenorizada da situação. Acrescentou, que iriam tratar das situações enunciadas, o mais breve possível. Demonstrou, preocupação com o relatório da qualidade do ar dentro das salas de aulas.

O senhor Nuno Simões acrescentou "(...), não entendo como foi feita a medição da qualidade do ar, porque no relatório as salas que estavam ocupadas é que demonstraram o índice mais fora do normal, daí a recomendação para a renovação dos filtros (...). As salas que não têm aulas, têm uma medição diferente (...), parece-me que não faz muito sentido a forma como foi efetuada essa medição. Medir a qualidade do ar numa sala onde não está ninguém, não faz sentido nenhum! A situação mais importante para mim, continua a ser o alarme de saídas de emergência e o plano de medidas de autoproteção (...), Deus queira que não tenhamos de ter algum acidente naquela escola, para ver a realidade em que aquele sistema está a funcionar, ou que não está (...)!"

Em nome da APAVEB e seus representantes desejamos a todos um Feliz e Santo Natal e que o próximo ano seja bem melhor que estes que nos têm assolado nos últimos tempos".

Em complemento da intervenção do Presidente da APVEB, usou da palavra **o membro Agnelo Baltazar**, que referiu o seguinte: "(...) Estamos perante um edifício que tem uma certa envergadura e que necessita de uma manutenção quase diária, não tenhamos dúvidas!

- Primeiro, porque concentra no mesmo espaço cerca de 750 pessoas diariamente, isto, por si só, revela bem essa necessidade;
- Depois, pelas características que todos conhecemos em muitos espaços, não existindo outra possibilidade de renovação de ar, porque o que está em causa, é o funcionamento em pleno do AVAC, que nunca funcionou corretamente, mas que se tem vindo a deteriorar.

Reconheço que se trata de um encargo sério para a autarquia, mas ao mesmo tempo, permitam-me aqui partilhar da preocupação da APVEB, da preocupação dos restantes encarregados de educação (...).

- Concretamente, em relação à medida da qualidade do ar.
Muitas das salas foram medidas, praticamente vazias. A concentração de CO2 é completamente diferente. As salas deveriam ter sido medidas completamente cheias e em pleno funcionamento.
- Central de Incêndios ativada
Por duas vezes a Central de Incêndios foi ativada incorretamente. Liguei ao técnico que tinha feito a manutenção, não havia muito tempo, e a solução que encontrou foi desarmar a central. Neste momento a central encontra-se desarmada. Existe, promessa da Vereadora do Pelouro da

Educação de tratar da situação o mais célere possível (...), todo o sistema precisa de ser verificado (...).

Que fique aqui claro, que a posição da direção da escola, juntamente com a autarquia tem sido em ultrapassar um determinado tipo de problemas, só que os problemas são deveras diários e à medida que uma situação não se resolve, aparecem mais duas ou três, que é o que está a acontecer agora (...). São situações que necessitam de se resolver, ultrapassar e tomar solução para aquele edifício”.

Pediu a palavra o **senhor Nuno Simões** para apresentar a sua disponibilidade e dos membros da Associação de Pais, para acompanhar o executivo nessa visita, para tentarem resolver quanto antes estas situações.

Interveio o **Presidente da Câmara Municipal** que realçou a importância da solução para as situações apresentadas. “(...), nunca se poderá fazer um simulacro se não existir uma Central de Incêndios a funcionar nas condições”.

Ficou a promessa por parte do Senhor Presidente da Câmara, que em janeiro as questões de segurança, estarão resolvidas.

Seguidamente foi dada a palavra ao **Vereador Pedro Esteves**, que manifestou o seu desconforto com toda a situação referida. “(...). No mandato passado foram abordados estes mesmos problemas e a situação e o discurso são sempre o mesmo! A situação é que as crianças e os idosos estão em primeiro lugar (...), depois resolver a situação do AVAC, que é uma situação técnica e não passa a mais do que isso (...). A situação protela-se para estas férias, necessariamente vai protelar-se para as férias da Páscoa, quando estiver calor e passará para as outras férias quando passar a estar frio.

O problema do AVAC é conhecido há muito tempo. Em tudo o que são instalações novas, há instalações de AVAC, existem técnicos pelo país inteiro (...), resolva-se o problema do AVAC! Este discurso conhecemo-lo todos e de há muito tempo (...), este tipo de conversa já chateia!

Lanço, um desafio a esta assembleia e ao Presidente da APAVEB, que quando começar o segundo período que venha cá, dá-nos a informação que o problema está resolvido (...). Desculpem a sinceridade, mas já são muitos anos a ouvir a mesma coisa!”.

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a seguinte questão ao senhor Presidente da Câmara: “(...), independentemente das responsabilidades assumidas pela Câmara, em termos de atribuições e competências novas na educação que os municípios serão forçados a aceitar a partir de 1 de abril de 2022 (...), a minha pergunta é muito objetiva senhor Presidente, **“considera no quadro das transferências de competências a verba de 20.000€/ano, para a manutenção, é suficiente?”**



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), é evidente que não!" E explicou de seguida a situação. "(...), no dia 7 de janeiro, iremos ter uma reunião com a DGEST (...). Nós sabemos o que temos em termos de competência descentralizada, nomeadamente em termos de funcionários (...), nesse dia teremos "contas a sério" e iremos discutir os valores disponibilizados. Nós não abdicamos da descentralização, mas queremos um equilíbrio (...)"

No que respeita ao Congresso Nacional de Municípios referiu "(...), é um orgulho para mim que uma pessoa não sendo de Borba, mas que residente em Borba há muitos anos, representar um órgão desses, órgão esse da área específica do senhor Jorge Pinto".

O membro Agnelo Baltazar disse "(...), só para complementar! Os 20.000€, referem-se à manutenção das escolas de 2º. e 3º. Ciclo. Nós não podemos esquecer, que, estamos perante um Centro Escolar que inclui educação pré-escolar e 1º. Ciclo, que desde de 2008 está na competência da autarquia. Portanto, não são só os 20.000€, para que fique aqui claro! Vinte mil euros, refere-se apenas à comunidade escolar de 2º. e 3º. Ciclo".

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da APAVEB, a forma frontal, clara e objetiva, como trouxe aqui o problema. "(...), desde já, informo que irei solicitar à Câmara Municipal, que traduza as palavras do senhor Presidente da Câmara, no relatório de atividade a prestar a esta assembleia em fevereiro, em que ponto por ponto, daqueles que aqui foram levantados, seja dado a evolução da situação de cada um dos pontos, que muito objetivamente aqui foram transportados.

A Senhora Carla Leonardo desejou boa tarde a todos os presentes e disse que a sua intervenção tinha que ver com um dos pontos da assembleia, (reclamação).

O Presidente da Assembleia Municipal explicou "(...) Perante a reclamação de um cidadão que não foi feita no período antes da ordem do dia, mas foi feita de forma aberta e direta ao Presidente da Assembleia, enderecei o assunto para a Câmara Municipal, que será abordado em ponto da ordem de trabalhos desta sessão.

A membro Vanda Godinho disse "(...) Existe uma habitação ao lado do nº.1 no Monte da Rocha, que há imenso tempo que está sem telhado o que provocou muita infiltração na casa ao lado (...). Perante a Câmara o que esta pessoa pode fazer, é pedir uma vistoria e pagá-la certo?"

Seguidamente, lançou um alerta para o estado da via de acesso à Quinta do Barreiro. A vala existente está com grande profundidade, já lá não passam dois carros, o estado é de algum perigo.

O membro Paulo Aires perguntou "(...), Senhor Presidente, numa das ruas mais movimentadas da cidade, temos três cadeiras de esplanada a ocupar o lugar de 3 carros, desde o verão. É uma zona que carece de estacionamento (...). Gostava, de ter uma explicação para tal situação".



O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(...)”, A esplanada de que estamos a falar é uma esplanada curta. Durante os meses de verão aqueles lugares são para esplanada. Terminado o verão, aqueles lugares voltam a ser usados para estacionamento. Segunda-feira o assunto será resolvido”.

O Presidente da Assembleia Municipal Relativamente ao expediente entrado fez referência a um ofício, com a oferta de serviços por parte de uma empresa, na transcrição automática por via informática, das sessões da Assembleia Municipal em ata, por cerca de setenta euros à hora.

Referiu, que iria articular melhor com o senhor Presidente da Câmara, sobre a possibilidade deste serviço, o que permitirá libertar os serviços (Assembleia e Câmara), deste desta tarefa.”.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(...)”, E porque não! Libertamos os serviços, que são mais úteis nos serviços certos, do que a transcrever atas e a ouvir gravações. Concorde com o senhor Presidente da Assembleia, é uma questão de escolhermos a empresa, que seja credível e fiável “.

O membro Paulo Mendanha apresentou uma saudação que seguidamente se transcreve em ata:

“Saudação por Mérito Desportivo

António Manuel Carriço Maio, natural e residente na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba, conhecido no mundo do desporto por António Maio, desde muito jovem mostrou elevada apetência para o desporto motorizado, categoria de motos, no qual através das várias vitórias alcançadas tem dado muita alegria e orgulho a todos os munícipes do concelho de Borba, e aos da freguesia de Rio de Moinhos em particular.

Em 2017, apresentámos na Assembleia Municipal um Voto de Louvor, nesse ano António Maio brindou-nos com a vitória na 31ª edição da Baja Portalegre 500, alcançando assim o título de tricampeão absoluto do Campeonato Nacional de Todo-o-Terreno, categoria de motos.

Este ano, tornou-se o mais vitorioso piloto de sempre nas motos na Baja de Portalegre, após triunfar na mais emblemática prova do Campeonato Nacional de Todo-o-Terreno pela sétima vez.

Neste contexto, vem os Eleitos do MUB reconhecer e saudar o mérito desportivo alcançado pelo atleta, e também saudar todos os atletas naturais do concelho de Borba, os quais com o seu esforço e empenho contribuem para o desenvolvimento do concelho e levam o nome de Borba mais alto.

Os membros da Assembleia Municipal do MUB”

A presente saudação foi aprovada por unanimidade”



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Aprovação das atas

3.1.1. - Análise conducente à aprovação da Ata n.º 6 da Sessão Ordinária de 4 de setembro de 2021;

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, colocou a ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, de entre os membros que estiveram presentes na sessão de 4 de setembro de 2021.

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar; José Joaquim Figueiredo Banza; Maria João Barroso Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Sara Cristina Alpalhão Anselmo; Vanda Lobinho Ramalho; Joana Lopes Morgado Vestia; Lino Duarte Moreira Amaro; Miguel António Ramos Mendanha; Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia; João André Pires Lopes; João Pedro Martins Leitão.

3.1.2 . - Análise conducente à aprovação da Ata n.º 8 da Sessão Extraordinária de 20 de novembro de 2021;

A membro Maria João Lopes disse "(...), Pelos vistos, só eu é que fiz algumas correções à ata nº8. Esta ata a meu ver, e como vai ser publicada, ainda contém alguns erros ortográficos que podem ser de simpatia ou não (...) Sugeria o seguinte: Querem votá-la? Na essência e todas as mensagens, está correto! Agora, a forma e o português não são o mais correto. Penso que devemos ter brio naquilo que fazemos (...), ou querem, deixar para aprovar na próxima sessão, e eu própria assumo essa função e vou corrigi-la na sua totalidade (...), ou aprovamo-la já e vocês confiam na minha correção na ortografia e da semântica? Deixava aqui à vossa consideração".

O membro Paulo Mendanha pediu a palavra e disse que também iria sugerir isso "(...), estive a ler a ata e tenho cinquenta e oito comentários de alteração (...)".

A membro Maria João Lopes interrompeu "(...), mas tu não enviaste nenhuma correção!"

O membro Paulo Mendanha respondeu "(...), nós não enviamos, só alteramos aqui!

A membro Maria João continuou "(...), desculpa, foi solicitado se alguém tinha alguma alteração a fazer á ata, eu fiz a minha. Paulo, ouve uma coisa, com certeza que era assim o modo que vocês operavam, trabalhavam, mas temos de estar abertos a novas formas de trabalho. Neste caso, houve uma sugestão dos

serviços e do senhor Presidente, para que todos dessemos a sua contribuição. Podes fazer as críticas que quiseses, mas tu não enviaste nenhuma proposta de alteração ou de correção, nem que fossem só nos teus comentários (...). Se não há um espírito colaborativo, eu já assumi aqui (...) e farei essa correção e não votaremos a ata e depois darão o vosso aval e a vossa contribuição. Mas, tens de perceber que poderemos trabalhar de outra maneira (...). Podes não querer e não sugerir, mas não ponhas logo em causa uma participação comum!”

O membro Paulo Mendanha continuando a sua intervenção anterior disse “(...), nós quando fizemos parte da mesa da assembleia, os serviços enviavam a ata e o secretário, neste caso era eu, que corrigia toda a ata. Pegando no que foi dito, penso que ninguém deveria votar esta ata, devido às alterações que têm que ser feitas.

Quem tem de ter esse trabalho é a própria mesa, porque é a mesa que envia o documento. Obviamente, que nós poderemos dar alguns contributos ou não, dentro daquele prazo que é estipulado (...). (...). Eu tenho aqui em PDF as correções, sugeria, enviar para a mesa estas correções (...), porque existem situações que têm de ser alteradas”.

A membro Maria João Lopes pediu a palavra e manifestou mais uma vez a sua não concordância. “(...), isto não é nada produtivo! Quer dizer, temos um mês para podermos debater e mandar emails para tentar corrigir um documento e chegar a um documento mais otimizado. Depois, chegas aqui e nem ligaste ao que eu disse, ignoraste, podes continuar a fazê-lo! Essa postura não é produtiva, nem é a mais adequada para trabalharmos (...). Paulo, tu queres trabalhar em conjunto ou não queres? Eu acho que tens que definir aqui, perante todos qual é a posição”.

O membro Paulo Aires pediu a palavra e disse “(...), eu penso que o membro Paulo Mendanha neste momento não quer fazer parte da solução, quer fazer parte do problema (...)”.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que no regimento estava uma proposta de alteração para aquela metodologia. “(...), sendo a ata da responsabilidade da Mesa, a Mesa não se demite dessa responsabilidade, mas vai colocar no Regimento a solicitação de, até uma determinada data antes da convocatória (...), seja enviado as correções pretendidas (...)”.

O membro José Banza desejou boa tarde a todos os presentes e disse “(...), sempre ouvi dizer que quem muito fala pouco aprende, eu não quero falar muito. No que respeita á ata no ponto dois, onde o membro Leonel Infante informou que não pretende utilizar este email, mas sim o particular. Não vai acionar o email particular. *Existe uma incorreção, porque não vai acionar o email institucional*, e o mesmo acontece na intervenção do membro José Banza, informou que pretende utilizar o email particular e que vai acionar o email institucional”. *Existe aqui uma incorreção, eu disse que não ia acionar o email institucional.”*



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

O membro **Paulo Mendanha** pediu a palavra e disse "(...), nós não estamos aqui para substituir o trabalho da mesa, nós estamos aqui para votar e deliberar as coisas e fiscalizar. O trabalho da Mesa e o trabalho das pessoas que estão afetas á Assembleia é fazer a ata e a Mesa corrigi-la e não nós (...). O que se está a ver, é o não bom funcionamento da mesa, mas aí fica à vossa responsabilidade.

De seguida, respondeu ao membro Paulo Aires "(...), nós não queremos fazer parte da oposição, nós estamos aqui para trabalhar, mas não podemos deixar, é que isto trabalhe mal. Existem, uns que desejam que isto trabalhe da melhor forma, mas eu espero que a Assembleia funcione da melhor forma, que cumpra o regimento, é só isto, mais nada! Foram tão críticos aos trabalhos da mesa da Assembleia cessante, mas o que se vê é isto, é constantes interpelações (...)"

A membro **Vanda Godinho** pediu a palavra e disse "(...). Agora dirijo-me a ti Paulo, não estou a colocar em causa a tua boa-fé, e a tua vontade de trabalhar, agora aquilo que eu entendi da mesa, é um o pedido de cooperação, para que isto não aconteça, o que está a acontecer agora".

A membro **Sara Anselmo** disse "(...). A minha abordagem é no sentido da Vanda, acho que as interpelações estão a ser demasiadas. Concordo que todos devemos dar um contributo positivo, e não um contributo que não anda!

O membro **Paulo Mendanha** perguntou "(...) Alguém tem algum contributo para esta ata? Eu tenho 58. Senhor Presidente, este é o ponto certo e o local certo, para pedir as correções à ata. (...). Eu peço as correções à ata no documento oficial (...)"

O membro **Agnelo Baltazar** teceu o seguinte comentário "(...), quem deteta erros, e a Mesa foi muito clara nesse aspeto, pode efetivamente enviar a correção. O membro Paulo Mendanha, detetou cinquenta e tal erros, ficou com eles na manga, isso não é boa fé! A todo o tempo poderia de facto (...), então não recebeu a ata? Detetou os erros?" interrompido.

O membro **Paulo Mendanha** interrompendo, disse "(...), oh senhor membro! Eu não tenho de corrigir a ata! (...), isso é um trabalho da Mesa, isso é um trabalho dos secretários (...)"

O **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu o diálogo e disse que dava por encerrado o ponto da ata. "Quando tivermos o Regimento revisto ficará claro como são os procedimentos da ata sobre esta matéria (...). Dir-vos-ei que não teremos muitas sessões ou minutos a discutir atas na Assembleia. Aquilo, que vai ficar no Regimento, é que os membros da Assembleia têm um prazo para entregar propostas de alteração à ata, antes da sessão da assembleia (...)"

Em virtude de existirem dúvidas relativamente à ata, a sua apreciação/votação, transitou para a próxima sessão da Assembleia Municipal.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apreciação da atividade da Câmara Municipal

O Presidente da Assembleia Municipal prestou esclarecimento sobre a hora daquela sessão da Assembleia Municipal. Todos os membros têm direito a este exercício. Quem necessitar de uma declaração para apresentar na entidade patronal, basta enviar um mail para assembleia, a dizer que utilizou a prerrogativa legal, de não estar presente no seu trabalho, pelo exercício das funções de eleito (...). As entidades patronais, têm o direito a serem ressarcidas do valor da falta dos funcionários.

PONTO TRÊS PONTO DOIS PONTO UM: Relatório do Presidente

O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para manifestar a sua opinião sobre o relatório de atividades, que está presente. A Câmara Municipal tem obrigação legal de prestar à Assembleia, "contas" da sua multiactividade. "O Relatório que a Câmara Municipal nos fez chegar é, em meu entendimento, parco na sua objetividade. Não compete à Assembleia Municipal, avaliar a agenda dos senhores Vereadores e do senhor Presidente, compete sim, avaliar a atividade (...). Solicitava ao senhor Presidente, é que nos próximos relatórios houvesse, no mínimo, uma informação de conteúdo da atividade".

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu concordar com a sugestão do Presidente da Assembleia Municipal.

Informou, que o próximo relatório virá mais completo de conteúdo e nele serão referidos os assuntos mais importantes para o concelho.

Realçou, uma reunião tida em Évora, do Conselho Regional do Alentejo com a Ministra da Coesão Territorial, onde foram discutidos pelos diversos autarcas, assuntos muito importantes para o Alentejo (linhas de orientação programática para 2030, num momento pós-eleições autárquicas e de preparação dos próximos programas de financiamento, com destaque para o PO Regional).

Referiu, ainda a nível da Estratégia Local de Habitação o seguinte: "(...) objetivamente, a nossa Estratégia Local de Habitação, prende-se naturalmente com o levantamento que fizéssemos, com a necessidade de habitação por a maior parte das pessoas (...). O que está em causa, é um levantamento completo daquilo que temos, levantamento completo das necessidades das pessoas, independentemente das etnias, das cores ou dos partidos a que pertencem!

Seguidamente, prestou informação sobre o interesse de um grupo que pretende adquirir um terreno para fazer uma zona de distribuição. Caso esse interesse se venha a concretizar, o terreno a ser utilizado é um terreno localizado junto à empresa AGNIPAPEL.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

- O Convento da Luz, foi comprado por um grupo de Indianos, que pretendem construir naquele local um hotel e criar cerca de 30 ou 40 postos de trabalho.
- Já foi pedida uma segunda avaliação a uma entidade completamente isenta, sobre o imóvel das Oficinas da Câmara.
- Existe um grupo interessado no CEVALOR, o qual pretende criar cerca de 60 ou 70 postos de trabalho.

Para mim, o período a que diz respeito o relatório de atividades, foi um período bom em contatos, vamos ver em termos de resultados".

A nível do Tarifário Social disse "(...), se nós já temos os Tarifário Social, não vejo inconveniente nenhum, de acordo com a lei, se pudermos beneficiar e permitir que as pessoas possam ter menos gastos, dos que já têm, (...). Com bom senso e equilíbrio iremos fazer isso, e acima de tudo com contributo!".

O Presidente da Assembleia Municipal colocou três matérias na atividade da Câmara.

- *Relatório das Novas Competências* – é um relatório que foi feito na CIMAC e foi entregue à Câmara Municipal a 24 de setembro. Depois pedirei à Câmara oficialmente, para que este relatório seja distribuído a todos os membros da Assembleia.

É um relatório exaustivo do conjunto das novas competências e indicia, que o défice financeiro só em matéria de pessoal, aponta para cento e sessenta e quatro mil euros anuais, em matéria das necessidades de pôr a funcionar as novas competências.

Na previsão de transferência das competências, está a prevista a verba de noventa e oito euros e quarenta cêntimos, para a manutenção dos espaços exteriores do Centro de Saúde de Borba. Oitocentos e trinta e seis euros por ano, para a manutenção do Centro de Saúde de Rio de Moinhos e igual para a Orada.

São relatórios destes que importa que a Câmara nos dê conhecimento, para que nós tenhamos consciência dos problemas do Poder Local que aqui temos.

- *Oportunidade de investimento* - o senhor Presidente se assim o entender, poderá dizer-nos o que lhe foi entregue pelos investidores indianos que adquiriram o Convento da Luz, na freguesia de Santiago Rio de Moinhos, pela quantia de três milhões de euros, que por si só gerarão para a Câmara Municipal cerca de duzentos e oitenta mil euros de IMT, mais do que a venda das Oficinas da Câmara Municipal,"

Estamos perante uma nova realidade que são os vistos GOLD, os investidores aí estão, mas eu só quero levantar isto para demonstrar, que provavelmente a apetência por este negócio não necessitará de esforços suplementares de apoio do município.

PONTO TRÊS PONTO DOIS PONTO DOIS: Situação Financeira



PONTO TRÊS PONTO DOIS PONTO TRÊS: Atividade água, saneamento e resíduos

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinha sido distribuído por todos os membros presentes um documento da CDU. “Os relatórios que estão referidos no documento, são relatórios da Câmara auditados e com recomendações das ERSAR”.

Seguidamente, transcreve-se o documento em ata:

“ATIVIDADE DA CAMARA MUNICIPAL - A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS

No uso da competência de acompanhar, apreciar e fiscalizar a atividade da CM, a AM de Borba, na sua sessão de 14 de dezembro, inscreveu especificamente na ordem de trabalhos, a apreciação específica da atividade da CM nas matérias relativas à atividade regulada da água, saneamento e resíduos. Não obstante a mesa ter previamente informado, na sessão do passado dia 20 de novembro que esta matéria seria incluída na ordem do dia, entendeu a CM não inscrever uma única palavra sobre o assunto no relatório de atividades da responsabilidade do sr. Presidente e presente à sessão de hoje, dia 14 de dezembro.

Fica o registo e passemos então à análise das matérias.

Quer pela leitura dos indicadores retirados dos reportes municipais, quer das recomendações da ERSAR face à análise dos mesmos conclui-se que estes são genericamente insatisfatórios com tendência para a sua degradação no que se refere a indicadores de qualidade.

As recomendações apontam na necessidade imperiosa de ultrapassar as ineficiências através de investimento que as corrija. A resposta do município vai no sentido de agravar o esforço das famílias através das tarifas.

Vejamos

1. Água não faturada
 - a. Em 2019 o município de Borba reportou a percentagem de 57,1%.
 - b. Na estimativa para 2022 indica uma previsão de 522.998 m3 correspondendo a 59,7%.
2. Perda de água
 - a. A perda de água reportada - 273 litros / dia por ramal, valor 3 vezes superior ao limiar máximo de indicador satisfatório.
3. Grau de cobertura dos gastos e resultado líquido
 - a. Em 2019 - grau de cobertura de 67% dos gastos na atividade da água

- b. Para o ano de 2022 estima 82%, isto é, uma subida de 15 pontos percentuais, correspondentes a um aumento de eficácia de 22,5%. (Só possível por via tarifária)

4. Acessibilidade económica

- a. Em 2019 o grau de acessibilidade para um consumo de 120 m³ / ano situava-se em 0,43% do rendimento médio disponível das famílias,
- b. Proposta tarifária para 2022, prevê uma subida deste indicador para 0,57%, correspondendo a um agravamento de 32,5%.

5. Investimento

- a. No reporte à ERSAR da proposta tarifária para 2021 a CM indicou uma intenção de investimento de 115 mil € na rede de águas.
- b. No PPI submetido a aprovação da AM esse valor baixou para 83,5 mil €
- c. No final de novembro a execução situa-se em 37.873 €

6. Recomendação da ERSAR

- a. *A melhoria da cobertura dos gastos deverá, prioritariamente, ser obtida através da redução dos níveis de ineficiência no âmbito dos serviços regulados, espelhados nos elevados custos unitários de exploração previstos para 2021.*
- b. *A CM de Borba deve tomar medidas que reduzam os gastos decorrentes das referidas ineficiências, nomeadamente as evidenciadas nos indicadores da avaliação da qualidade de serviço que apresenta resultados insatisfatórios*
- c. *Em matéria de investimentos, importa destacar que a entidade gestora deve considerar no plano de investimentos as necessidades de investimento reveladas pelos resultados obtidos na avaliação da qualidade de serviço.*
- d. *A prestação dos serviços não deverá beneficiar de melhoria significativa, face aos montantes previstos, pelo que se recomenda a revisão do plano de investimentos, no sentido de se salvaguardar a qualidade do serviço prestado aos utilizadores.*
- e. *A CM de Borba deve adotar as medidas adequadas a conformar as conclusões e recomendações acima mencionadas.*

7. Questões

- a. Sendo evidente que a CM não adotou as recomendações atrás mencionadas, pergunta-se:

i. Considera a CM credível uma melhoria do grau de cobertura dos gastos em 22,5% (previsão de cobertura de 67% em 2019 para 82% em 2022), quando, em simultâneo apresenta indicadores de degradação ao nível da perda absoluta e relativa de água?

- ii. Tem a CM um plano objetivo, devidamente elaborado, quantificado e valorizado para dar cumprimento às recomendações?
- iii. Prevê esse plano uma aproximação aos indicadores de referência que se situam entre 1 e 4% do valor do ativo, quando a sua execução se situa em 0,4%, isto é 2,5 a 10 vezes menos que o valor de referência?

1. Que medidas *implícitas se encontram previstas na estimativa de custos das atividades reguladas, quando se prevêem agravamentos de 2021 para 2022* de Água 9%, saneamento 23% resíduos 13%.

- b. Em 2019 o grau de acessibilidade económica representava 0,83% do rendimento médio disponível das famílias (0,43% na água, 0,14% no saneamento, 0,86% nos resíduos). Na proposta tarifária para 2022 a CM pretende agravar para 1,18% o grau de acessibilidade económica, o que representa um agravamento de 42%.
- i. **Considera a CM que fazer refletir sobre os municípios a cobertura de custos através do simples aumento do tarifário, constitui a opção mais justa e prioritária?**
- c. Perante o indicador de lavagem de contentores que indica um grau 6 a 24 vezes inferior ao intervalo recomendado existe algum plano que vise a melhoria neste campo. Se sim, com se prevê a sua concretização?

8. Tarifário Social

- a. O Decreto-Lei 147/2017, de 5 de dezembro, define o universo mínimo de beneficiários do tarifário social, bem como as condições de acesso ao mesmo por parte dos beneficiários, sendo o cesso **processado de modo automático**, através de comprovação pela DGAL.
- b. O Regulamento do município de Borba embora preveja genericamente o universo de beneficiários, é omissivo quanto aos beneficiários da pensão social de velhice e dos agregados familiares que tenham um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 € acrescido de 505 por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento. Por outro lado, o Regulamento municipal faz depender a sua aplicação da entrega de comprovativo da situação económica por parte dos candidatos.
- c. Na recomendação 02-2018 a ERSAR vem esclarecer que:
 - i. 4. Adaptação dos tarifários especiais existentes
 - ii. 4.1. No que se refere aos tarifários sociais já existentes, os municípios que adiram a este regime dispõem de 180 dias, após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 147/2017 (6 de março de 2018), para adaptação às novas regras.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

- iii. 4.2. Não obstante, essa alteração **apenas será necessária caso os tarifários sociais existentes não permitam o acesso a todos os beneficiários elegíveis nos termos e condições legalmente previsto.**
- d. O parecer jurídico dos serviços municipais é contrário ao definido na legislação e contrário à clarificação da ERSAR aqui presente
- e. *Questão:*
 - i. Não abrangendo o regulamento municipal o universo dos potenciais beneficiários, pretende a CM alterar o regulamento no sentido de garantir o definido na lei?
 - ii. Não garantindo o regulamento o acesso automático ao tarifário por parte dos beneficiários que se encontrem em situação de carência económica **pretende a CM submeter à DGAL, através do SISAL, o reporte obrigatório dos NIFs dos utilizadores** para que seja identificado o universo de beneficiários do tarifário social?

Jorge Pinto

Eleito da CDU na Assembleia Municipal de Borba"

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou, se a Câmara pondera (...), com objetividade, tornar o tarifário social universal e automático, através da submissão desta matéria.

O membro Rui Franco disse "(...). Relativamente a esta questão da água, não me parece muito pertinente, que ela surja nesta altura. Penso que este relatório já deveria ter acompanhado a documentação, para fazermos alguma reflexão (...), este assunto dá "pano para mangas".

Uma das questões que não foi aqui falada, que é um grande desafio que vamos ter, é, no âmbito do regime geral dos resíduos sólidos, que é a valorização dos Bio Resíduos. Os municípios obrigatoriamente até dezembro de 2023, têm de ter uma recolha de Bio Resíduos.

Em relação às perdas todos nós conhecemos as perdas na rede, eu chamar-lhe-ia a água não contabilizada, de facto é um valor elevadíssimo. Como é que havemos de resolver isto? Temos de "abrir" o concelho todo, é um trabalho complexo, longo, que tem de pensar-se faseadamente, eu para mim envolvia a alta. A alta recebe do Município de Borba todos os anos cerca de setecentos mil euros, é uma percentagem significativa que a Câmara paga às Águas de Portugal, por entregar a água em alta e por tratar dos efluentes do concelho. Eu por mim, começava por desafiar a alta, não só lucro, mas a ajudar a resolver o problema da baixa.

O que é importante é nós percebemos? Posso dar um exemplo! A nível da lavagem dos contentores do lixo, nós temos uma bola vermelha (...). Para a ERSAR o que é qualidade (bola verde) para a lavagem

dos contentores? Uma lavagem por mensal dos contentores do lixo! É um exagero! A bitola disto é os serviços municipalizados de Cascais, EPAL (...), todos estes números servem para nós compararmos as entidades gestoras e de certeza que a Câmara Municipal de Borba, não é comparável com os serviços municipalizados de Cascais (...), não faz sentido (...).

O importante é termos a noção que temos de investir na água, e temos que exigir à alta que ajude na baixa".

O Presidente da Assembleia Municipal A nível da lavagem dos contentores do lixo, pelo menos ficamos a saber como poderemos ter a hipótese de ter alguma "bola", mesmo que não seja a verde (doze lavagens por ano), poderá ser a amarela (seis lavagens no mínimo por ano) e não a bola vermelha (uma lavagem por ano), como tem Borba (...).

O Presidente da Câmara Municipal informou o seguinte:

- Relatório das Novas competências – irá ser entregue as todos os membros da Assembleia Municipal, o Relatório que os técnicos da Câmara trouxeram da reunião na CIMAC, no respeito às Novas Competências. "(...), nós aceitamos a transferência de competências, quando tivermos meios para o fazer (...)".
- Grupo indiano – comprou o Convento da Luz na freguesia de Rio de Moinhos e pretende construir um hotel. "(...) desde que seja legal, façam, valorizem e criem postos de trabalho."
- Documento "**A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS**" - como disse o membro Rui Franco, uma coisa é pensarmos à nossa dimensão outra coisa é pensarmos há dimensão dos outros. Existe a hipótese de juntamente com o Município de Vila Viçosa, comprarmos uma máquina para lavarmos os contentores do lixo dos dois concelhos, é uma ideia a ser analisada.
- Fundos Comunitários – nós temos em Borba três obras "penduradas", que rondam os seiscentos mil euros no total, é um valor muito elevado para o concelho de Borba.
- Perdas de Água – esta situação tem de ser vista de uma forma muito objetiva. Penso, que o Plano de Recuperação e Resiliência, vai trazer dinheiro para se investir nestas áreas.

PONTO, TRÊS PONTO DOIS PONTO QUATRO: Reclamação de munícipe (Carla Leonardo)

O Presidente da Assembleia Municipal diz:" (...) Esta situação tem a ver com o seguinte:

A Câmara Municipal está envolvida neste processo desde 2018. Houve audições, houve medições, houve notificações, houve intervenções e houve também incumprimento, e esta a primeira pergunta que coloco à Câmara Municipal: houve incumprimento por parte do agente económico que explora uma unidade de bar em



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

Borba? As reclamações persistem e, portanto, a situação que se coloca é: “quias serão propostas novas medidas?

O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a vinda da Muniçipe a esta Assembleia. Acrescenta que em 2018 falou-se com os serviços e fez-se medições acústicas. A empresa que explora o bar D. Vito foi obrigada a cumprir uma série de coisas que não fez. Entretanto entramos em pandemia e ficou tudo sem efeito. Passado algum tempo, talvez em outubro deste ano, começam outra vez as reclamações que já não são só da Carla, como da vizinha da frente que têm crianças pequenas, e também os vizinhos do lado com crianças. O problema é bastante sério, pois o estabelecimento tem um horário de funcionamento até as 4h da manhã, e depois fora de horas há pessoas que ficam lá dentro, e outros que vêm para a rua fazer barulho, entretanto a GNR é chamada e faz o seu serviço. Neste momento os serviços estão a analisar a situação e provavelmente o que o senhor Presidente da Assembleia disse, provavelmente a ASAE poderá ser uma solução. Agora em termos legais, se nós conseguirmos reduzir os horários, explicar aos donos do estabelecimento que eduquem os seus clientes, relativamente ao comportamento de respeito para com os outros, pois se não conseguirmos isso a lei irá permitir que se faça algo.

O **Presidente da Assembleia Municipal** pergunta à Câmara Municipal: porque é que não foram aplicadas as coimas? Pois é o primeiro nível de atuação sobre infração.

O **Presidente da Câmara Municipal** usa da palavra para dizer que não tem conhecimento se existiu algum processo de contraordenação.

A **membro Vanda Godinho** diz que num email recebido, com um parecer que data de 17 agosto de 2018, e que uma das opções, é a redução do horário de funcionamento, independentemente da pandemia, que também serve de desculpa para muita coisa, refere que em casos devidamente justificados e que se prendam com razões de segurança ou proteção da qualidade de vida dos cidadãos, deve-se restringir os períodos de funcionamento destes estabelecimentos a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas. Gostaria de perguntar se esta opção foi parte da solução pela Câmara? Se eventualmente a Câmara restringiu o horário de funcionamento a este estabelecimento? Questionando também se a GNR passa ou não multas de acordo com o que foi recomendado e que informações foram dadas para trazer aqui relativamente ao assunto.

A **membro Sara Anselmo** referiu que “A reclamação da muniçipe Carla Leonardo, mereceu por parte dos membros do Partido Socialista toda a atenção e respeito. Fazendo-se um breve resumo a muniçipe desde 2018 que solicita ajuda para a resolução do ruído que se faz na sua habitação, originado pela atividade noturna do bar D. Vito. Após a medição do ruído verificou-se que existem acréscimos sonoros na habitação,

o que viola os requisitos legais aplicáveis ao ruído, e, por conseguinte, com a perturbação do descanso e o sono dos moradores. Não tendo visto esse relatório, mas após o último ofício que lemos do município, o ofício nº175/2021 de maio, à solicitar a entidade exploradora do referido bar, a redução do ruído, e o mesmo persiste. Desta forma, solidários com a munícipe perguntamos: porque se está a arrastar esta solução desta reclamação? O que está a ser feito para resolver? E continuamos a perguntar após este relatório que foi facultado hoje, o que se poderá fazer relativamente a este assunto em tempo útil, para que possa voltar tudo á normalidade.”

O **Presidente da Câmara Municipal** acrescenta que a GNR informa que até ao momento nada de grave viram, mas isso foi de uma forma informal. Em relação ao que disse a membro Sara Anselmo, está correto, nós mandámos essa intimidação numa tentativa de resolver o assunto. Foram feitas as medições, e o que aconteceu é que após as medições houve uma paragem no processo, na altura da pandemia. A Câmara terá de atuar através da ASAE ou através dos serviços jurídicos, serviço técnicos, estamos a trabalhar neste sentido. Volto a dizer que o importante é que qualquer assunto por pequeno que seja de Borba, tem de ser discutido desta forma. Informo que a autoridade está ciente do que se está a passar com muita atenção.

Pediu a palavra o **membro Paulo Aires** e reforçou “(...), senhor Presidente, não é só esta casa do D.Vito (...), uma vez que vão analisar estas situações, aproveitem para ver na Freguesia de São Bartolomeu, onde existem mais duas casas, o que se pode fazer”.

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu “(...), durante a pandemia havia um bar que estava a funcionar aqui em Borba, o qual era frequentado por muitas pessoas do concelho e não só (...), os habitantes da zona queixaram, falamos com a GNR e com o dono do bar e coisas resolveram-se (...)”.

O **membro Paulo Aires** salientou “(...), reforço que nem todas as pessoas têm a coragem de apresentar as suas reclamações, como fez a Carla Leonardo”.

A **senhora Carla Leonardo** disse “(...). Agradeço o ter trazido à Assembleia, agradeço a explicação do Presidente António Anselmo. É uma situação que se prolonga desde 2018, há coisas, que agora depois das explicações, continuo sem compreender, porque a incomodidade retornou em outubro. Eu fiz um email, como me foi pedido pelos serviços (...), que era o que estava no ofício de maio, que acusava ruído, estamos a 14 de dezembro (...), a mim o que me custa é o prolongamento da situação, porque nem o vereador Joaquim Espanhol, nem a Engenheira Teresa, me responderam ao email de 19 de outubro e continuamos igual. Na minha casa e eu se calhar tenho de convidar os presentes a irem lá uma noite, o único dia que não há barulho, no meu quarto, ou na minha casa, é de segunda para terça-feira, que é o dia de folga.

Não consigo compreender como é que não existam requisitos legais, que possam fechar o bar. Noutros tempos com o executivo da CDU, foi feito, foi reduzido o horário até que foi fechado. Depois foi aberto

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

novamente com uma licença até às 4 horas da manhã. Não consigo compreender! Agradeço, fico à espera da resolução.

O Presidente da Assembleia Municipal disse “(...) Quero agradecer-lhe este exercício de cidadania, esta é a melhor forma, do nosso pleno funcionamento e das nossas responsabilidades.

– Recomendo que a Câmara Municipal no exercício das suas competências, atue na sua plenitude, isto é, não se fique pelas notificações e pela medida do ruído, mas que acione os mecanismos legais que tem ao seu dispor, do mais baixo, a coima, a coima agravada, a notificação à ASAE, para que outras forças policiais intervenham, da avaliação objetiva sobre a prevalência do direito constitucional ao descanso sobre outros direitos do exercício da atividade. Com o escrupuloso cumprimento da lei do ruído, que proíbe o ruído, acima de determinados níveis entre as 23:00h e 7:00h da manhã (...), que sejam acionados todos os mecanismos, incluindo, aquele que aqui suscitei, que gostaria de ver depois esclarecido pela Câmara, se estamos ou não perante uma reiterada incumprimento de situação e que induzam ao potencial crime de desobediência”.

O Membro Paulo Aires disse “(...) Isto já se arrasta desde 2018 e estamos nos finais de 2021 (...), não conheço a casa, mas deve ser uma casa minimamente pequena (...), o que me leva a crer é que com esta situação da pandemia, não houve autoridade a fiscalizar o que se passava lá dentro”.

A Senhora Carla Leonardo respondeu “(...) Durante a pandemia esteve encerrado, agora desde outubro, quando puderam abrir os bares e as discotecas, voltou novamente. Antes da pandemia era o descalabro, como é o descalabro agora. Eu até sou daquelas pessoas que consigo trabalhar sete horas por dia, com poucas horas de sono, mas o meu marido entra às cinco da manhã e sai às onze da manhã. E por acaso é funcionário do Município de Borba. Muitas das vezes quando ele se levanta, ainda estão pessoas dentro do estabelecimento”

A membro Maria João Lopes perguntou “(...) senhor Presidente. Eles nunca foram autuados? Nenhum processo de contraordenação? Esses mecanismos nunca foram utilizados (...)? A GNR nunca os autuou por incumprimento (...), desde 2018, nunca houve uma contraordenação para os senhores pagarem? Existem reclamações reiteradas (...), tem que haver um ponto em ... (interrompida).

A Senhora Carla Leonardo interrompendo, continuou, “(...) aquilo que a GNR diz, é que, se for na via pública, e agora desde há duas semanas para cá, tem havido vários problemas, neste caso podem autuar. Em relação ao estabelecimento, se forem chamados e estiverem lá pessoa, e passarem das 4 horas da manhã (horário para encerramento do estabelecimento), aí podem atuar e enviam a comunicação para o Município, fora disso não podem fazer mais nada! Esta é a informação que a GNR me dá”.

A membro **Vanda Godinho** usou da palavra e disse “(...)”, quando temos um relatório de 2018, em que uma das alternativas ou parte da solução era reduzir o horário, como à pouco acabei de dizer”.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse “(...)”, as recomendações à Câmara estão feitas (...).

À Assembleia compete defender os interesses dos munícipes e fiscalizar a atividade da Câmara. Portanto, fará essa fiscalização, com este conjunto de recomendações, que julgo que ficaram tomadas por boa nota. A Câmara Municipal, deve utilizar todos os mecanismos legais aos seu dispor, da coima a um eventual processo crime, a possibilidade de redução de horário de encerramento, à notificação a ASAE, para que atue enquanto polícia da atividade económica. Espero que muito rapidamente se resolva a situação”.

PONTO TRÊS PONTO DOIS PONTO CINCO: Outros assuntos relacionados com a atividade da Câmara Municipal

O membro **Rui Franco** pediu a palavra e manifestou o seu agrado, em como decorreu o evento da Festa da Vinha e do Vinho. Foi um evento bem pensado, equilibrado (com menos dias), com espetáculos musicais, bem aceites pela população.

Terminou a sua intervenção dando os parabéns ao executivo, pelo regresso da Festa da Vinha e do Vinho e pela forma como este evento foi organizado.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Mapa de pessoal

O **Presidente da Câmara Municipal** disse “(...) Quem gere, independentemente das opiniões gerindo bem ou mal, entende que deve ter um determinado grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho foi pensado com todos os chefes de serviço, independentemente de serem chefes de divisão ou coordenadores técnicos, foi perguntado o que era necessário em cada serviço, e em função disso elaboramos este Mapa de Pessoal.

Na minha opinião os mapas de pessoal, têm de ser muito flexíveis, dinâmicos, o que é uma realidade hoje, não é amanhã. O que nós entendemos que servirá para o próximo ano, de imediato, é este mapa de pessoal que estamos aqui a propor à Assembleia”.

A membro **Maria João Lopes** pediu a palavra e explicou o sentido de voto do PSD, relativamente ao Mapa de Pessoal. “(...)”, este mapa de pessoal sugerido pelo executivo e depois analisado pelo PSD, levou-nos à abstenção. Obviamente, que é uma opção política do executivo. Continuamos a encontrar algumas lacunas nestes quadros. No entanto a política tem sido colocar indiscriminadamente pessoas, com o

argumento que se trata de casos sociais, não colocamos isso em causa, mas em detrimento de dotar os quadros do município de postos de trabalho em áreas muito úteis (...). O quadro de pessoal da Câmara não tem um eletricista”.

O membro Lino Amaro pediu a palavra e perguntou o seguinte ao executivo:

“(...) Quanto custa aos cofres da Câmara não ter pessoal com formação apropriada para a manutenção dos equipamentos existentes no parque de obras?

Como já foi referido não há um eletricista. Na área de mecânica, havia um funcionário que, entretanto, saiu e que resolveu alguns problemas dentro do parque de máquinas, e equipamentos existentes no município. Pergunto eu, será que foi falta de formação a nível de pessoal já existente, em ter formação adequada, para exercer esses serviços de manutenção? Quanto, é que vai ficar aos cofres da Câmara, os serviços prestados por terceiros?”

O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para referi duas questões sobre o Mapa de Pessoal.

“O Mapa Pessoal tem neste momento 183 trabalhadores no ativo e propõem-se um reforço de 36 trabalhadores. Da análise que fizemos ao Mapa de Pessoal consubstanciou-se o seguinte:

Destes 36 postos de trabalho, 23 são propostos para contrato a termo resolutivo, isto é, de precaridade, sendo que concentram 12 licenciados e 11 assistentes operacionais, sendo que depois há um assistente operacional para as instalações elétricas. Tem depois 10 trabalhadores com contrato por tempo indeterminado (6 licenciados, 1 coordenador técnico, 1 assistente técnico e 3 assistentes operacionais). O Município necessita de um reforço de pessoal qualificado, por regra o pessoal licenciado tem qualificações, mas o pessoal operacional é também necessário, parece-me que existirá naturalmente, uma opção de poder ter em outsourcing, alguns aspetos operacionais, mas este mapa já está coxo à partida na atividade operacional, e está digamos, a desequilibrar nesta atividade. Existem, ainda no Mapa de Pessoal que nos é proposto, 5 comissões de serviço. “

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondeu: “(...), nos eletricistas, temos pelo menos um funcionário no quadro de pessoal.

No que respeita à intervenção do membro Lino Amaro informou: “(...), quando nós não temos capacidade para efetuar os trabalhos, “mandamos fazer fora”, e os custos são muito diferentes e temos de estar dependentes de terceiros e isso é um problema. Nós na Câmara neste momento temos 2 mecânicos, que sabem alguma coisa daquilo que é básico, mas existem outras coisas que não sabem. As ditas avarias normais, são feitas por esse pessoal. A nível de mecânica eletrónica, é evidente que não sabem fazer! Temos 2 serralheiros de grande qualidade (...), mas existem obras mais específicas que não conseguem fazer.

Enquanto as câmaras não tiverem a oportunidade de contratar os trabalhos que necessitam, mas com o valor de ordenado justo a nível de mercado, teremos de recorrer a terceiros, empresas prestadoras de serviços, o que não é muito correto”.

Realçou “(...), este é o nosso Mapa de Pessoal, concordo perfeitamente com aquilo que disseram, mas é a nossa opinião, como devem calcular!”.

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou o Mapa de Pessoal à votação, tendo o mesmo sido aprovado **por maioria com oito votos a favor (eleitos do MUB) e dez abstenções (eleitos PS e PSD e CDU)**

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Pedido de autorização para a Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal informou “(...), é um empréstimo de curto prazo que vem todos os anos à Assembleia (...), o seu valor é de duzentos e cinquenta mil euros. Será utilizado em caso de dificuldades a nível de tesouraria”.

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo intervenções, colocou o Pedido de autorização para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2022 à votação, tendo o mesmo **sido aprovado por unanimidade.**

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Documentos previsionais

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse “(...), Este documento descreve a nossa intenção. Colocamos em prática o Estatuto da Oposição, e este orçamento é a revelação disso. Neste orçamento estão incluídos, contributos dados pela oposição, e que consideramos importantes. É um orçamento dez milhões e setecentos mil euros. Um dos contributos recebidos tem que ver com a construção do Quartel da GNR. Fomos chamados atenção para uma situação que nos poderia trazer alguma complicação.

Agradeço, os contributos que foram enviados pelas forças da oposição.

Os orçamentos enquanto nós estivermos aqui, têm de ser orçamentos equilibrados, reais. Espero eu, com a capacidade de endividamento que nós temos, pudermos fazer as obras que temos previstas de uma forma equilibrada.

É um orçamento muito objetivo, que visa exatamente o que nós queremos.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

A membro **Maria João Lopes** pediu a palavra e disse que os seus comentários eram referentes aos dois pontos em simultâneo.

“(…) No nosso entender este orçamento demonstra, novamente uma baixíssima ambição desta gestão camarária. O voto do PSD nestes dois documentos será a abstenção, uma vez que isto é uma opção de gestão camarária. No entanto temos de fazer aqui alguns comentários, espero que os aceite, e temos algumas considerações que gostaríamos de fazer.

- **Para a valorização de estradas e arruamentos** - estão cabimentados trinta mil euros, o que é manifestamente insuficiente (...). Reforço, qualquer pessoa, um visitante, um morador que olhe para as ruas da cidade e das freguesias rurais, obviamente, que são verdadeiras mantas de retalho, isto provavelmente, devido ao inumerado número de ruturas da água (...). Nada disto é novo! Mas não podemos deixar de o salientar.
- **Estaleiros Municipais** – Previstos cinco mil euros, e aqui ficamos todos com algumas dúvidas. Não prevê assinar o contrato em 2022? Porque, segundo as condições que lá estão, sabendo que terá o prazo de 18 meses (...), mesmo assinado o contrato no primeiro semestre de 2022, teria obviamente de começar a preparar o local para a mudança do estaleiro (...). Obviamente, que cinco mil euros são insuficientes (...), isto nem dá para preparar o terreno.
- **Requalificação do Parque das Feiras** – zero! Vamos continuar a ter a feira dos Santos, em versão sobe e desce (...).
- **Investimento em Zonas Industriais** – zero! Senhor Presidente, já falámos aqui na última assembleia municipal, que não se consegue atrair empresas se não se tiver uma imagem de modernidade e progresso
- **Palacete Alvarez** – lá vão mais vinte cinco mil euros para aquele excelente negócio!
- **Reabilitação e valorização dos equipamentos escolares** – dois mil e quinhentos euros? A sério senhor Presidente! Como é que está tudo bem?
- **Viaturas de transporte escolar** – três mil e quinhentos euros (...).
- **Orçamento participativo** – algo que diz muito ao PSD, na altura foi proposto pelo vereador Benjamin Espiguinha e foi aceite por todos, está inscrito novamente, com vinte mil euros. Mas, há vários anos que está inscrito, mas nunca aconteceu! Será que 2022 será o ano do orçamento participativo?
- **Programa de Apoio a Associações** - vinte mil euros. Não será assim que se fomenta o associativismo cultura e desportivo, com toda a certeza. Aqui, deveria ter uma verba mais alta.
- **Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo** – vinte mil euros. Não será assim que se fomenta o associativismo cultura e desportivo, com toda a certeza. Aqui, deveria ter uma verba mais alta.
- **Remodelação da Rede de Águas** – senhor Presidente, foi uma bandeira sua, remodelar a redes de águas. Sabe que este é um assunto bastante delicado e a água é um bem escasso e cada vez mais precioso e mais caro. As perdas de água são muito graves. Senhor Presidente, já cá está há oito anos,



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

não tenha medo, acho que tem de ser bastante ambicioso! Tem de ter coragem! Se tiver de esburacar a cidade e as freguesias, faça-o, porque as pessoas vão entendê-lo. Não podemos viver e ficar satisfeitos com 60% de perdas de água! Não, é o não faturar, é perdê-la! Já há mais de 20 anos, que ouço falar neste assunto, alguém terá de fazer isto. Não é popular? Não! Mas é um assunto de ordem prioritária, que deve estar em cima da mesa, de qualquer executivo! Se calhar é a hora de o Presidente António Anselmo, ter a coragem de fazer esta obra.

Como disse, não vamos de forma alguma votar contra, é uma opção política, é o vosso orçamento, nós estamos aqui para trabalhar, não poderíamos de deixar de fazer estas considerações, e deixar aqui este alerta (...). O ano de 2022, vai ser um ano em que o senhor Presidente, não vai fazer praticamente nada! Porque não está nada inscrito aqui! Vai ser mais do mesmo! Não é o melhor para Borba nem para o Concelho de Borba (...)"

A membro Vanda Godinho pediu a palavra e disse "(...) Após uma análise ao documento, eu entendo e o resto da bancada do PS, que as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento Municipal, são documentos estratégicos. Sabemos, que o timing após as eleições não foi o mais oportuno, porém também sabemos que este não é o vosso primeiro mandato. Por isso, na avaliação feita a este documento existem incongruências as quais não compreendemos. Pretendo com esta intervenção vir a compreender e perceber um pouco mais, da vossa intenção.

Página 33, ponto 1.3.6.2. - Factos não reconhecidos – a ideia subjacente será a responsabilização em sede de direito de regresso do estado quanto ao valor que liquidou às vítimas do acidente e que aparece indicado como sendo no valor de um milhão seiscentos e vinte e seis mil e setecentos e seis euros. O que não entendemos é a razão de constar em orçamento, quando a Câmara Municipal não é arguida.

Página 42 – ponto 1.5.1.2.3. – Beneficiação dos Estaleiros Municipais – no seguimento do contrato de compra e venda dos Estaleiros Municipais, e apesar do futuro deste assunto não estar ainda definido, tendo em conta a recomendação da Assembleia Municipal, para que se procedesse a nova avaliação do espaço, não entendemos em que constem apenas cinco mil euros em orçamento para 2022.

Página 44 – ponto 1.5.1.2.5.- Áreas de acolhimento empresarial – se existisse visão e planeamento no tema Estaleiros Municipais, qual a intenção de existir, dois de três projetos, inscritos em PPI, nomeadamente, Zonas Industriais do Alto dos Bacelos e Cruz de Cristo, a zero euros para 2022?

Página 52 – ponto 1.5.2.1.1 – Orçamento Participativo – informados que houve participação das várias forças políticas, para desenvolvimento deste ponto, foi previsto um projeto em PPI, que não é claro. O que está considerado neste projeto (...)?



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

Página 55 – ponto 1.5.2.3.2 – Apoio ao Associativismo – programas de apoio a Associações e Coletividades e ao Associativismo Desportivo. Desejamos e aguardamos que se façam as devidas revisões aos regulamentos atualmente em vigor.

Página 64 – ponto 1.5.3.3.3. - Criar os Centros de Dia de Orada e Nora – quando sabemos que para estes espaços funcionarem devidamente, é necessário existirem protocolos com IPSS e coletividades, e sendo algo que já consta em Opções do Plano a algum tempo, porque não estão já as instituições envolvidas de forma a não, continuarmos a adiar estes investimentos ano após ano. Como podemos verificar o ano 2022, está a zero euros.

Página 66 – ponto 1.5.4.1.2 - Plano Estratégico de Habitação Local – Continuamos a falar de planeamento e encontramos apenas sete mil seiscientos e desaseis euros inscritos nos documentos previsionais.

Páginas 41, 69 e 70 – pontos 1.5.1.2.2; 1. 5.4.31. – Valorização da Rede Viária; Remodelação das Redes e Requalificação de Equipamentos - O saneamento de águas residuais em baixa, com competência do Município continua a ser um problema para a autarquia, encontram-se bastante deterioradas, como diz o documento torna-se necessário investir nestas redes de forma a diminuir as perdas. Foi efetuado um levantamento das redes para intervenção, mais urgente e encontramos (...), cinquenta e nove mil euros inscritos, por conseguinte (...), temos a valorização da rede viária que contempla apenas vinte e sete mil e quinhentos euros. Ou seja, os valores encontrados quase que não dão para se iniciar estas importantes intervenções (...).

É neste sentido que nos manifestamos (...), quero apreender mais, perceber a vossa intenção e despertar-vos para certo tipo de situações”.

O Presidente da Assembleia Municipal, interveio em nome da CDU e disse:” (...), a CDU assumindo uma postura construtiva, apresentou um conjunto de pontos que considera fundamentais no sentido de melhorar e credibilizar os documentos previsionais, para os anos de 2022 a 2026.

De entre as propostas apresentadas destacamos:

- **Matéria de pessoal** sempre que o recrutamento vise o desempenho de funções regulares, que seja dada prioridade à opção de contratos de trabalho a tempo indeterminado. Porém, o Município privilegiou os contratos a termo e outros contratos de natureza precária, refletindo no orçamento mais de meio milhão de euros para as opções de precariedade.

Considera, que em matéria de pessoal, deve ser dado relevo à promoção justa e adequada, dos trabalhadores através do recurso à opção gestonária. A alteração da verba disponível para este fim, ao passar de quinze mil para vinte e dois mil e quinhentos euros, no sentido da proposta da CDU, mantém, esta opção provavelmente afastada desse objetivo (...). Tanto mais, que em termos de objetivos nada é



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

esclarecido, quanto a princípios, regras e universo da sua aplicação. Sendo certo, que a deliberação sobre as mesmas tem de ser tomada impreterivelmente até ao dia 15 de janeiro.

A primeira recomendação que fazemos, é quando há opção gestionária no orçamento, que deste logo fique clarificado como é que ela vai aplicada.

- **Na relação com as Juntas de Freguesia** o Plano limita-se a suportar a delegação de competências, não existindo qualquer propósito de ver a estabelecer contratos interadministrativos.

A proposta da CDU, da assunção clara no orçamento de apoio às famílias em matéria de distribuição gratuita de fichas escolares, parece-nos estar ignorada.

Foi igualmente ignorada a proposta de reforço do apoio, bem como da aplicação de critérios de disponibilização positiva para as associações mais representativas do concelho, incluindo o seu envolvimento, por exemplo nos centros e dia.

- **Estratégia Local de Habitação** já com diagnóstico concluindo, não apresenta vetores de intervenção, limitando-se em matéria de investimento a dar prioridade de previsão a novas construções, o que a concretizar-se, constituirá em nossa opinião, um erro, já que a Estratégia Local de Habitação, se deve centrar na recuperação do edificado.
- **O Plano Plurianual para o mandato** é totalmente omissivo quanto à implementação de uma necessária e urgente política de eficiência energética.

Finalmente, consideramos que a prioridade em matéria de investimento, se deve centrar na melhoria da eficiência de abastecimento, sugerindo, desde logo a CDU, no estatuto do direito de oposição, o recurso ao crédito como meio necessário para a sua concretização. E em resposta a esta prioridade as respostas do executivo, mantêm-se inalteradas em relação aos anos anteriores e consistem numa só medida transversal a todo o plano nos últimos anos. Fazendo deslizar para exercícios futuros, todos os investimentos sem que se vislumbre uma estratégia clara e realista, que assuma as reais prioridades do concelho.

Manteremos, permanentemente, a nossa posição de procurar contribuir para a melhoria da realização dos planos e orçamentos, posição, que esperamos que tenha uma receção futura por parte do executivo, no sentido de pudermos alterar o nosso sentido de voto. Mas, nas condições atuais, do presente documento, a CDU votará contra. Queremos com isto deixar desde logo a porta aberta, não para o Plano de 2023, mas, que em sede de revisão do documento, quando a Câmara Municipal o considere oportuno, puder corrigir alguns dos seus elementos”.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondeu o seguinte:

- Em primeiro lugar PSD (...) agradeço a confiança, e informo que este orçamento não é ambicioso é realista!



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

No que respeita aos Estaleiros das Oficinas Municipais, foi pedida uma segunda avaliação, de acordo com aquilo que a Assembleia decidiu e nós cumprimos. Se o negócio se realizar teremos ano e meio para avaliar melhor a situação.

Orçamento participativo, espero receber sugestões de todas as forças políticas, para que o valor atribuído seja utilizado em prol do concelho de Borba.

- Intervenção do Partido Socialista, é evidente que os valores são pequenos (...), mas vocês sabem que existem as revisões orçamentais e as alterações orçamentais, em caso de necessidade, estaremos prontos para as fazer.

Intervenção da CDU, relativamente às freguesias, vamos ver tudo o que são descentralizações de competências. Eu sei o trabalho que um Presidente de Junta tem todos os dias.

Realçou ainda "(...), nenhuma das intervenções da oposição, me pareceu mal, pelo contrário (...). Temos de ser ambiciosos e existem certas coisas para as quais temos de abrir mão, nomeadamente nos apoios às associações. Mas, ao darmos a verba, em sequência a associação também terá de fazer alguma coisa.

Vamos ver até que ponto, o Portugal 2020/30, e o Plano de Resiliência, nos permitem fazer coisas. Os projetos dos Centros de Dia da Orada e Nora, Veios de empresa; Eficiência Energética, são programas comuns em termo de CIMAC.

Orçamento e Opções do Planos são os nossos (...), agradeço os contributos que foram dados, e o voto de confiança que a Maria João nos deu em relação ao PSD, em relação ao PS, cada um aqui, é livre de fazer aquilo que entende e agradeço a frontalidade do senhor Presidente da Assembleia. Quem vota contra, não quer dizer que seja menos amigo da nossa terra. A abstenção é um sinal de confiança. Quem vota contra, é um sinal, para o ano eu posso melhorar (...)"

O membro Agnelo Baltazar pediu a palavra e disse "(...), senhor Presidente, eu não vou, naturalmente, repetir-me em relação ao que já ouvimos, daquilo que são as carências nomeadamente para o orçamento de 2022. Ouvimos falar no Centro de Dia da Orada e da Nora, mas isso está empurrado para 2023, portanto, não existe nada em 2022.

Para completar a intervenção do Partido Socialista, em que o senhor Presidente, reconhece que os valores são pequenos, mas que o orçamento é realista! Não, são pequenos e são mesmo irrealistas, porque vai gastar muito mais do que isso, em várias situações.

A posição do Partido Socialista aqui, é claramente, um voto de abstenção. Ou seja, estamos a falar do primeiro orçamento deste seu mandato, no fundo já vai para o nono ano, e que já teria de ter outra vontade de fazer, e que não vem espelhado neste orçamento. Haveria de facto de corrigir aqui, muitos valores que eu



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

não vou repetir, mas deixe-me lembrar uma coisa. Na última Assembleia Municipal foi aqui aprovado, uma recomendação da Assembleia Municipal ao executivo, perante um determinado contrato de promessa de compra e venda. Então o executivo está a aguardar, aquilo que foi sugerido pela assembleia municipal, na recomendação, então se dessa recomendação resultar um aval para o negócio, é um contrassenso nós estarmos a aprovar uma coisa, que não prevê, nada relativamente aos estaleiros. Construção dos Estaleiros, mudança dos estaleiros (...), afinal o que é que se vai fazer? Estão lá apenas os tais cinco mil euros. É um verdadeiro contrassenso!

Até pergunto no final, "quem é que acredita menos no negócio?"

O vereador Pedro Esteves pediu a palavra e disse "(...), duas questões muito simples: primeira, nós abstinemo-nos em reunião de Câmara, mas não foi um voto de confiança, pelo contrário! Inclusivamente dissemos, se o orçamento se mantiver assim, iremos votar contra num próximo orçamento assim, e porquê? Desde logo, pela mensagem do senhor Presidente, eu tive o cuidado de enviar aos eleitos do PS na Assembleia Municipal. Pedia que comparassem a mensagem do senhor Presidente dos últimos quatro anos em orçamento, com a mensagem deste ano. É mais de 90% as mesmas palavras! Isso, leva-nos para uma situação que nada foi feito! Portanto, se a mensagem se mantém a mesma, com muitas pequenas alterações, quer dizer, que muitas poucas coisas foram feitas. Nós não demos um voto de confiança em reunião de Câmara, o que fizemos foi não criar a possibilidade, para que o concelho fique a viver de duodécimos.

Quero deixar aqui um ponto que é ilustrativo da situação. Já foi aqui muito falado a questão dos Estaleiros Municipais. O orçamento fala em beneficiação dos estaleiros, não fala em construção! Para construção de Estaleiros Municipais, está zero euros! Os cinco mil euros são para a beneficiação.

Mas simultaneamente, e no meu ponto de vista ainda mais grave (...), é que para as zonas industriais, também estão considerados zero euros. Se for feito um estaleiro no Alto dos Bacelos, é necessário investir em infraestruturas, como temos vindo a dizer há anos. Não há possibilidade com este orçamento, de construir qualquer estaleiro municipal".

Frisou, "(...), a nossa abstenção não foi um voto de confiança, mas sim, não querer que o concelho viva em duodécimos, porque isso ainda era pior para o Concelho"

O membro Paulo Aires pediu a palavra e questionou o senhor Presidente sobre o valor de um milhão seiscentos e vinte e seis mil e setecentos e seis euros, relativamente ao desabamento da estrada.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), a informação que me foi dada pelos serviços jurídicos e extrajurídicos da Câmara, foi que aquele valor tinha de ficar ali contemplado".

Relativamente, ao resto das intervenções, agradeço o voto de confiança do Partido Socialista, do PSD e as indicações da CDU, que irá votar contra. Iremos falar as vezes que forem necessárias.

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

Este é um orçamento real! Pouco ambicioso! É verdade! Mas é um orçamento que nós iremos executar.

A avaliação dos Estaleiros Municipais, chegará no dia 30 de dezembro”.

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com oito votos a favor (eleitos do MUB), nove abstenções (eleitos do PS e PSD) e um voto contra (eleito da CDU)

O Presidente da Assembleia (eleito CDU), apresentou declaração de voto, que de seguida se transcreve em ata:

“Declaração de Voto da CDU Orçamento e Plano

A CDU assumindo uma postura construtiva apresentou um conjunto de pontos que considera fundamentais no sentido de melhorar e credibilizar os documentos previsionais para os anos de 2022, no quadro plurianual 2022-2026.

De entre as propostas apresentadas destaca-se:

Em matéria de pessoal:

1. Sempre que o recrutamento vise o desempenho de funções regulares que seja dada prioridade opção de Contratos de trabalho a tempo indeterminado. Porém o município privilegia os contratos a termo e outros contratos de natureza precária afetando mais de meio milhão de euros para esse fim.
2. Considera que em matéria de pessoal deve ser dado relevo à promoção justa e adequada de trabalhadores através do recurso à opção gestonária. A alteração da verba disponível para este fim ao passar de 15 para 22,5 mil euros mantém esta opção afastada, tanto mais que em termos de objetivos nada é esclarecido quanto a princípios, regras e universo para a sua aplicação, sendo certo que a deliberação sobre as mesmas tem de ser tomada nos primeiros 15 dias do ano.
3. Na relação com as juntas de freguesia o plano limita-se a suportar a delegação de competências não existindo qualquer propósito de vir a estabelecer contratos interadministrativos.
4. A proposta da CDU de assunção clara no orçamento de apoio às famílias em matéria de distribuição gratuita das fichas escolares foi ignorada



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

5. Foi igualmente ignorada a proposta de reforço do apoio bem como a aplicação de critérios de discriminação positiva para as associações mais representativas do Concelho.

6. A Estratégia Local de Habitação, já com o diagnóstico concluído, não apresenta vetores de intervenção limitando-se, em matéria de investimento a dar prioridade à previsão de novas construções, o que a concretizar-se constituirá um erro.

7. O plano plurianual para o mandato é totalmente omissivo quanto à implementação de uma necessária política de eficiência energética.

8. Finalmente, consideramos que a prioridade, em matéria de investimento, se deve centrar no plano de melhoria da eficiência do sistema de abastecimento, sugerindo a CDU o recurso ao crédito como meio necessário para a sua concretização. E, em resposta a esta prioridade as opções do executivo mantêm-se inalteráveis em relação aos anos anteriores e que consistem numa só medida transversal a todos os planos dos últimos anos, fazendo deslizar para exercícios futuros todos os investimentos, sem que se vislumbre uma estratégia clara e realista que assuma as reais prioridades do concelho.

Manteremos permanentemente a nossa posição de procurar contribuir para a melhoria e credibilização dos planos e orçamentos, posição que esperamos receção futura do município no sentido de podermos alterar o nosso voto, mas nas condições presente ele será de voto contra.

PONTO TRÊS PONTO CINCO PONTO UM: Opções do plano

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo intervenções, uma vez que o ponto em apreciação, foi discutido conjuntamente com o ponto do orçamento, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado **por maioria com oito votos a favor (eleitos do MUB), nove abstenções (eleitos do PS e PSD) e um voto contra (eleito da CDU)**

PONTO TRÊS PONTO CINCO PONTO DOIS: Proposta de orçamento plurianual

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo intervenções, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado **por maioria com oito votos a favor (eleitos do MUB), nove abstenções (eleitos do PS e PSD) e um voto contra (eleito da CDU)**.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021)

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Norma de Controlo Interno – Revisão Anual e Proposta de alteração.

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo intervenções, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com doze votos a favor (eleitos do MUB, eleitos do PSD e eleito da CDU) e seis abstenções, (eleitos do PS).

Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas dezanove horas e dez minutos do dia catorze de dezembro, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e oito páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

O Presidente da Assembleia Municipal

Jorge Manuel de Oliveira Pinto

O Primeiro Secretário

Maria João Barroso Lopes

O Segundo Secretário

Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar



Assinado: ALZ
[Assinatura]

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmºs Membros desta Assembleia

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Borba

Exmºs Sr(s) Vereadores

Sr. Presidente António Anselmo,

Na qualidade de Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Borba, venho solicitar mais uma vez a intervenção do município para a resolução de um tema (já esgotado) o denominado AVAC -Sistema de refrigeração deste estabelecimento escolar.

Após várias queixas feitas pelos nossos educandos, solicitei à direção, uma visita mais pormenorizada ao estabelecimento escolar para poder comprovar a realidade da situação.

PISO 0

Toda a ala direita daquele corredor não possui aquecimento, tendo observado um docente a utilizar um mini aquecedor para minimizar a situação em sala de aula.

Vestígios de entrada de água pelo teto em duas salas, aquando das últimas fortes chuvadas. Após intervenção dos técnicos do município a situação ainda está pendente de resolução final no tubo de entrada do algeroz.

Sanitários masculinos- 2 urinóis inativos por falta de manutenção.

Sanitários dos professores- 4 urinóis inativos wc masculinos assim como 1 autoclismo nos sanitários femininos

Refeitório- O AVAC não funciona, assim como 1 tubo de água da caldeira perde água incessantemente.

PISO 1

Sala nº7 sem aquecimento e laboratório sem aquecimento

Sanitários Masculinos 2 urinóis inativos (zona também 1º ciclo)

Sanitários Femininos 1 autoclismo sem funcionar (1º ciclo)

Zona 2º ciclo, ala esquerda toda sem aquecimento.

PISO 2

Zona 3º Ciclo Ambos corredores com a ala esquerda sem aquecimento assim como a sala de TIC.

Assisti a alguns alunos com casacos pelas pernas para se aquecerem.

Posto isto, pedi para subir ao terraço onde estão montadas as unidades do AVAC e pode comprovar que:

UV7 e UV8 não funcionam, a UV11 demonstra bem a falta de manutenção onde uma sonda está coberta de musgo, e UV16 foi alvo de remendo num tubo em que anularam válvula de pressão.



UTAN 3 (self Service/Refeitório) também não funciona.

O CHILLER tem depósito rôto assim como uma unidade que foi alvo de manutenção por parte empresa ficou com toda a eletrónica a descoberto. Todo o equipamento foi tapado com plásticos e atados por cordéis estando assim há meses.

Painéis Solares Fotovoltáicos também avariados

Caleiras sujas e com musgo que dificultam o escoamento das águas.

PISO -1 Alguns problemas de iluminação e uma lâmpada saída emergência sem funcionar

Recreio- Calçada levantada em alguns sítios ou a falta dela noutros.

Equipamentos Infantis /Baloços inoperacionais e piso de proteção deteriorado.

Segundo informação que obtive no local, a maioria destas situações já foram reportadas aos responsáveis do município e às quais não podem alegar o seu desconhecimento.

Outra questão refere-se com a emissão do certificado da qualidade do Ar respirado pelas crianças, docentes e pessoal auxiliar. Após muitos meses de insistência pela APAVEB, finalmente o mesmo foi efetuado e nele vem espelhado o que nós já presumíamos.

A conclusão desse relatório diz:

“Obs: Em função dos dados recolhidos, e relativamente as Concentrações de Referência previstas no RSECE para edifícios, todos os valores estão abaixo dos valores de referência, no entanto nas salas onde existia ocupação verifica-se que os valores são mais elevados, sendo aconselhado a substituição dos filtros das UTA’s” (Unidades tratamento Ar)

14 outubro 2021

Dois meses depois continuam por substituir os filtros.

Central Emergência – inoperacional. Fator de extrema importância, a central de alarme/ Fogo que apresenta problemas e desta situação resulta que não se pode efetuar um simulacro que garanta a eficácia do sistema, mas acima de tudo porque a segurança da comunidade escolar poderá estar em risco neste estabelecimento.

Anexo fotos das situações reportadas

Assim, sugerimos ao executivo que aproveite a pausa letiva do Natal de 17 dezembro a 9 janeiro para solucionar estes problemas.

Gratos pela atenção dispensada.

Em nome da APAVEB e seus representantes desejamos a todos um Feliz e Santo Natal.

Borba 15 dezembro 2021

P’la Direção

Nuno Simões







